

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.587 - PR (2019/0311657-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**RECORRIDO** : **LUCIANO MONTEIRO BREDÁ**  
**ADVOGADO** : **CARLOS ALBERTO LOPES LAMERATO - PR036616**  
**RECORRIDO** : **HAMILTON COBO PIRES**  
**AGRAVANTE** : **HAMILTON COBO PIRES**  
**ADVOGADO** : **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES SALVADOR - PR014204**  
**AGRAVADO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local.

Consta nos autos que os recorridos foram denunciados, em concurso de agentes, como incurso nas sanções do artigo 298 do Código Penal, por 32 vezes, n/f art. 71 do Código Penal, e art. 1º, inciso I, da Lei n. 8.176/1991, por 32 vezes, n/f art. 71 do Código Penal. A sentença julgou improcedente a pretensão punitiva e absolveu os agravantes dos delitos, fundamentado no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Irresignado, o representante do *Parquet* interpôs recurso de apelação, requerendo a condenação dos recorridos e o Tribunal *a quo*, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso para condenar HAMILTON COBO PIRES à pena de 3 anos e 4 meses de detenção, em regime aberto, pelo cometimento do crime descrito no artigo 1º, inciso I, da Lei n. 8.176/1991, por 9 vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal, e, condenar LUCIANO MONTEIRO BREDÁ à pena de 4 anos e 6 meses de reclusão e 273 dias-multa, em regime semiaberto, pelo cometimento do crime descrito no artigo 304 do Código Penal, por 14 vezes, na forma do artigo 71 do Código Penal, conforme os termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 1481/1482) :

*APELAÇÃO CRIMINAL. DENÚNCIA DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR E COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS (ARTIGO 298, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL*

*E ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI 8.176/1991). SENTENÇA QUE ABSOLVEU OS DENUNCIADOS POR AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO MINISTERIAL. 1) NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA EMENDATIO LIBELLI CONFORME ARTIGO 383, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, PARA ACRESCENTAR A TIPIFICAÇÃO DO DELITO DE USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTIGO 304 DO CÓDIGO PENAL) AO FATO 01 NARRADO DA EXORDIAL ACUSATÓRIA. 2) ABSOLVIÇÃO DO DELITO DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE AUTORIA. 3) SUFICIÊNCIA DE PROVAS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DO USO DE DOCUMENTO FALSO. 4) SUFICIENTES PROVAS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DO CRIME DE COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEL. EMPRESA TRANSPORTADORA REVENDEDOR RETALHISTA (TRR) QUE NÃO POSSUÍA AUTORIZAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP) PARA EFETUAR VENDA VAREJISTA E EFETUOU VENDA ILEGAL. PORTARIA 116/2000 DA ANP. 5) PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO ENTRE OS CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO E COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS. NOTAS FISCAIS FALSAS QUE ERAM USADAS PARA A EXECUÇÃO DA VENDA ILEGAL DE COMBUSTÍVEL NO VAREJO. 6) APELADO HAMILTON CONDENADO PELO CRIME DE COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS (ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI 8.176/1991. APELADO LUCIANO CONDENADO PELO CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO (DOCUMENTO PARTICULAR - ARTIGO 304 C/C 298, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). 7) RECONHECIMENTO DO INSTITUTO DO CRIME CONTINUADO (ARTIGO 71 DO CÓDIGO PENAL). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.*

Opostos embargos de declaração pelas defesas e pelo órgão ministerial, todos foram rejeitados, conforme a ementa a seguir (e-STJ fl. 1587/1588):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIME EM APELAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME DA CÂMARA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO MINISTERIAL PARA CONDENAR O ACUSADO HAMILTON COBO PIRES COMO INCURSO NO DELITO DE COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS (ARTIGO 1º, INCISO I, DA LEI Nº*

8.176/91) E LUCIANO MONTEIRO BREDAS COMO INCURSO NO DELITO DE USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTIGO 304 C/C ARTIGO 298, AMBOS DO CÓDIGO PENAL).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 01: 1) PLEITO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. PEDIDO NÃO CONHECIDO. 2) EMBARGANTE QUE ALEGA CONTRADIÇÃO DO ACÓRDÃO AO CONSIDERAR A CONTINUIDADE DELITIVA DO CONDENADO.

PRETENSA REANALISE DAS PROVAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO SE PRESTAM A ESSE FIM. 2) ALEGADA CONTRADIÇÃO NA EXASPERAÇÃO DA PENA BASE. MERO INCONFORMISMO COM A SOLUÇÃO ADOTADA. RECURSO COM FINALIDADE DE REDISCUTIR A MATÉRIA.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 02: 1) PLEITO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO, PEDIDO NÃO CONHECIDO. 2) EMBARGANTE QUE ALEGA OMISSÃO NO ACÓRDÃO AO NÃO CONSIDERAR PLEITO PERICIAL REALIZADO PELA PARTE DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E INDEFERIDO PELO JUÍZO A QUO.

PEDIDO DE PERÍCIA PRECLUSO NESTA FASE. VALORAÇÃO DA PROVA BEM EXPOSTA NO ACÓRDÃO. PRETENSA REANALISE DAS PROVAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO SE PRESTAM A ESSE FIM. 3) ALEGADO 815 IN IDEM NA EXASPERAÇÃO DA PENA BASE. MERO INCONFORMISMO COM A SOLUÇÃO ADOTADA.

RECURSO COM FINALIDADE DE REDISCUTIR A MATÉRIA.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 03: 01) REPRESENTANTE MINISTERIAL QUE ALEGA OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUANTO A FUNDAMENTAÇÃO DA FRAÇÃO DE AUMENTO DE PENA RELATIVA AO CRIME CONTINUADO. ACÓRDÃO QUE EXPLICITAMENTE DEMONSTRA AS RAZÕES DE DECIDIR. AUMENTO DE PENA DIFERENCIADO ENTRE OS CONDENADOS EM RAZÃO DA QUANTIDADE DE CRIMES PRATICADOS POR CADA UM DELES.

RECURSO COM FINALIDADE DE REDISCUTIR A MATÉRIA.

2) *PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE MENÇÃO EXPRESSA AOS DISPOSITIVOS DE LEI. AUSÊNCIA QUE NÃO IMPEDE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES.*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 01 E 02 PARCIALMENTE CONHECIDOS E NA PARTE CONHECIDA, REJEITADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 03 CONHECIDOS E REJEITADOS.*

Nas razões do presente recurso especial, o *Parquet* aponta violação do art. 71 do Código Penal, "pelo fato de que a Corte Estadual, com a devida vênia, fixou de forma equivocada o patamar de aumento das penas aplicadas aos acusados, em razão da incidência de continuidade delitiva, haja vista que inobservou o critério da quantidade de crimes - que baliza a exasperação da pena nos casos de crime continuado -, estabelecido de forma pacífica pelo Superior Tribunal de Justiça."(e-STJ fl. 1632)

Aduz que "Na fase de dosagem da pena, a d. Corte, em face da incidência da 'continuidade delitiva, aumentou a reprimenda aplicada' ao acusado HAMILTON COBO PIRES em 1/3, tendo em vista a prática de 09 (nove) infrações, bem como exasperou a pena de LUCIANO MONTEIRO BREDÁ em 1/2, vez que praticou 14 (quatorze) infrações"(e-STJ fl. 1641).

Aponta, ainda, que, "Não é, possível que a exasperação da pena de um agente leve em consideração o número de crimes cometidos por outro agente. Até porque, reflexamente, isto violaria o princípio constitucional da individualização da pena. Ademais, não se trata sequer do mesmo crime. Um réu foi condenado pela prática de 14 usos de documento particular falso (art. 304, CP); outro, por nove ocasiões em que praticou o crime de comercializar ilegalmente combustível, na forma do art. 1º, I, Lei 8176/91"(e-STJ fl. 1642).

Alega que "Quando o art. 71, caput, CP, comina exasperação de 1/6, a 2/3 da pena, quando os vários crimes dão-se em homogeneidade de circunstâncias, mediante a *fictione juris* do crime continuado, cria *favor rei* que evita

o concurso real ou material de crimes, cujo critério de dosagem de pena consiste na soma aritmética das penas dos crimes isolados. Neste diapasão, o art. 71 não faz qualquer alusão ao fato de que crimes continuados praticados por um agente, conexos aos crimes continuados praticados por outro, terão pena aplicada a partir de uma correlação entre os números de crimes, de ambos"(e-STJ fl. 1642).

Sustenta que "No, caso do caput do artigo 71, incidira apenas uma exasperação, sob forma de fração, sobre a pena mais grave, entre 1/6 e 2/3. A baliza tradicional para o respectivo aumento é o critério objetivo de crimes, como bem consolidou o C. Superior Tribunal de Justiça (02 crimes, 1/6; 03 crimes, 1/5; 04 crimes, 1/4; 05 crimes, 1/3; 06 crimes, 1/2 e 07 ou mais crimes, 2/3 - à presente hipótese é aplicável esta última fração, destaca-se)"(e-STJ fl. 1646).

Requer o provimento do recurso para exasperar a pena do recorrido, pela continuidade delitiva, na fração máxima de 2/3.

O recurso foi admitido (e-STJ fls. 1787/1802), manifestando-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso especial, nos termos da ementa a seguir (e-STJ fls. 1853):

*- DO RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL: DIREITO PENAL. PROCESSO PENAL. CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO E COMÉRCIO ILEGAL DE COMBUSTÍVEIS. RECONHECIMENTO DE CATROZE E NOVE INFRAÇÕES COMETIDAS, RESPECTIVAMENTE. CONTINUIDADE DELITIVA RECONHECIDA. PENA QUE DEVE SER AUMENTADA NA FRAÇÃO MÁXIMA.*

*- DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DE HAMILTON COBO PIRES: DIREITO PENAL. PROCESSO PENAL. CRIMES DE USO DE DOCUMENTO FALSO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO. SÚMULA Nº 182/STJ. DOSIMETRIA. NOVA ANÁLISE DA CULPABILIDADE, DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. CONTINUIDADE DELITIVA DEVIDAMENTE RECONHECIDA. AFASTAMENTO. REEXAME DAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.*

*PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL E*

*PELO NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO E, CASO CONHECIDO, PELO SEU DESPROVIMENTO .*

É o relatório. **Decido.**

O recurso especial é cabível e tempestivo.

No mérito, verifico que o Tribunal de origem fundamentou a fração usada na continuidade delitiva nos seguintes termos (e-STJ fls. 1599/1600) :

(...)

*Diferentemente do arguido pelo Ministério Público, o acórdão não apresenta quaisquer vícios. O acórdão ora embargado foi claro, e bem fundamentou a dosimetria de pena, de forma individualizada a cada um dos condenados, explicitando as razões de decidir.*

*Com efeito, em relação a continuidade delitiva constou expressamente no Acórdão que:*

*"1) HAMILTON COBO PIRES:*

*a) Crime de comércio ilegal de combustíveis (artigo 19, inciso I, da Lei 8.176/1991):*

*Do Crime Continuado (artigo 71 do Código Penal):*

*Diante dos fatos narrados na denúncia e das provas colhidas nos presentes autos, restou provado o comércio ilegal de combustíveis realizado pelo condenado HAMILTON por 09 (nove) vezes, conforme contabilidade fiscal juntada em fis. 1180/1190.*

*Considerando que foram 09 (nove) ações, responsáveis pela prática de crimes idênticos, com as mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, devem tais fatos serem entendidos como continuação do primeiro, estando presente, portanto, o instituto do Crime Continuado (artigo 71 do Código Penal), motivo pelo qual aumento a pena do condenado HAMILTON C080 PIRES em um terço (1/3) do já fixado.*

*Assim a pena final de HAMILTON COBO PIRES resta fixada em 03 (três) anos e 04 (Quatro) meses de detenção.*

*2) LUCIANO MONTEIRO BREDA:*

*a) Crime de uso de documento falso (artigo 304 do Código*

*Penal):*

*Do Crime Continuado (artigo 71 do Código Penal):*

*Diante, dos fatos narrados na denúncia e das provas colhidas nos presentes autos, restou provado que o condenado LUCIANO MONTEIRO BREDA usou por 14 (quatorze) vezes de documentos particulares falsos, consistente nas notas fiscais 1)2 13.490 (fl.*

*1051), n2 13.501 (fl. 1053), n2 13.518 (fl. 1055), n2 12.672 (fl.*

*1057), n2 12.956 (fl. 1059), n2 13.533 (fl. 1061), n2 13.367 (fl.*

*1063), n9 13.484 (fl. 1065), n2 13.601 (fl. 1067), n2 13.608 (fl.*

*1069), n2 13.612 (fl. 1071), n9 13.705 (fl. 1073), n9 13.910 (fl. 1075), n2 13.977 (fl. 1077).*

***Considerando que foram 14 (quatorze) ações, responsáveis pela prática de crimes idênticos, com as mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, devem tais fatos serem entendidos como continuação do primeiro, estando presente, portanto, o instituto do Crime Continuado (artigo 71 do Código Penal), motivo pelo qual aumento a pena do condenado LUCIANO MONTEIRO BREDA na metade (1/2) do já fixado.***

*Assim, a pena final de LUCIANO MONTEIRO BREDA resta fixada em 04 (Quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 273 (duzentos e setenta e três) dias-multa." Observa-se que o critério utilizado para fixação da fração de aumento de pena foi a quantidade de crimes praticados por cada um dos acusados.*

***Não nos parece razoável aumentar na mesma proporção a pena daquele que pratica 09 (nove) fatos e de outro que pratica 14 (quatorze) fatos, ambos nas mesmas circunstâncias fáticas, principalmente considerando que a diferença da quantidade de crimes é de quase 56% (cinquenta e seis por cento). Isto é, aquele que praticou 14 (quatorze) fatos delinuiu quase 56% de vezes a mais que aquele que praticou 09 (nove) fatos.***

*(...)*

Em relação ao art. 71 do Código Penal, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o número de infrações cometidas deve ser considerado quando da escolha da fração de aumento

decorrente da continuidade delitiva, dentre os parâmetros previstos no *caput* do art. 71 do Código Penal, sendo 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4, para 4 infrações; 1/3, para 5 infrações; 1/2, para 6 infrações; e **2/3, para 7 ou mais infrações**. Precedentes: AgRg no REsp 1492472/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 15/10/2018; AgRg no AREsp 782.343/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 18/10/2018; HC 464.954/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 02/10/2018.

Assentado pelas instâncias ordinárias que foram praticados **9 condutas** previstas no artigo 1º, inciso I, da Lei n. 8.176/1991 pelo recorrido HAMILTON e, **14 condutas** descritas no artigo 304 do Código Penal, cometidas pelo recorrido LUCIANO, **não há que se falar em ilegalidade na adoção da fração máxima de 2/3 de aumento para ambos**.

Nesse sentido:

*[...] CONTINUIDADE DELITIVA. PERCENTUAL DE AUMENTO. CRITÉRIO. NÚMERO DE INFRAÇÕES. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. Esta Corte Superior de Justiça pacificou entendimento segundo o qual o aumento da pena pela continuidade delitiva, dentro do intervalo de 1/6 a 2/3, previsto no art. 71 do CPB, deve adotar o critério da quantidade de infrações praticadas. Assim, aplica-se o aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4, para 4 infrações; 1/3, para 5 infrações; 1/2, para 6 infrações; e 2/3, para 7 ou mais infrações.*

*2. In casu, os agravantes foram responsáveis por algo em torno de "menos de 10" fraudes (e-STJ, fl. 11.611), de forma que a fração aplicada guarda harmonia com a jurisprudência deste Sodalício, não havendo qualquer ilegalidade a ser sanada.*

*3. Quando não for possível precisar com exatidão o número de infrações, é admissível que a fixação considere o período no qual os delitos foram cometidos. Precedentes.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no*



AREsp 1014485/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 28/03/2019)

*HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EMBARAÇO ÀS INVESTIGAÇÕES DE CRIMES RELACIONADOS A ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS. EXTORSÃO MAJORADA (2 VEZES). CONCUSSÃO. CONTINUIDADE DELITIVA COMUM E ESPECÍFICA. FRAÇÃO DE AUMENTO. EXCESSO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.*

*1. Esta Corte Superior possui o entendimento de que, em se tratando de majoração de pena referente à continuidade delitiva comum, aplica-se a fração de aumento de 1/6 pela prática de duas infrações; 1/5 para três infrações; 1/4 para quatro infrações; 1/3 para cinco infrações; 1/2 para seis infrações e 2/3 para sete ou mais infrações.*

*[...]*

*5. Habeas corpus concedido para reduzir as frações de aumento da continuidade delitiva e, em consequência, redimensionar a pena final do paciente, nos termos do voto. (HC 486.118/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019)*

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, DA LEI N. 8.137/90. 1) PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. 2) VIOLAÇÃO AO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. CRIME SOCIETÁRIO. DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA CONDUTA. VALIDADE. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. 3) DEMONSTRAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO. DESNECESSIDADE. 4) VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL - CP. JUSTIFICATIVA IDÔNEA. NÃO INERENTE AO TIPO PENAL. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. MONTANTE DE EXASPERAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE VINCULADA. PROPORCIONALIDADE. 5) VIOLAÇÃO AO ART. 71, CAPUT, DO CP. AUMENTO DE 1/2 (METADE). CONDUTA PRATICADA 6 VEZES. 6) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

[...]

*5. Conforme precedentes, o aumento da pena pela continuidade delitiva prevista no art. 71, caput, do CP, é proporcional ao número de crimes. 2 infrações ensejam o aumento de 1/6; 3 infrações, 1/5; 4 infrações, 1/4; 5 infrações, 1/3; 6 infrações, 1/2; e 7 ou mais infrações, 2/3. No caso em tela, tendo sido praticado o delito por 6 vezes, cabível o aumento em metade.*

*6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1640083/RN, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 25/06/2018)*

Passo, então à nova dosimetria da pena:

DOSIMETRIA HAMILTON:

Nesse contexto, fixada pela Corte local a pena de 2 anos e 6 meses de detenção, elevo-a em 2/3, em virtude do concurso formal de 9 crimes, ficando a pena definitivamente fixada em 4 anos e 2 meses de detenção.

Diante da quantidade de pena fixada, deve ser aplicado o regime semiaberto para cumprimento da pena, nos termos do art. 33, § 2º, alínea "b", c/c o art. 59 do Código Penal.

DOSIMETRIA LUCIANO:

Nesse contexto, fixada pela Corte local a pena de 3 anos de reclusão, elevo-a em 2/3, em virtude do concurso formal de 14 crimes, ficando a pena definitivamente fixada em 5 anos de reclusão e 303 dias-multa.

Diante da quantidade de pena fixada, deve ser aplicado o regime semiaberto para cumprimento da pena, nos termos do art. 33, § 2º, alínea "b", c/c o art. 59 do Código Penal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, inciso III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para, aumentando para a fração máxima de 2/3, em virtude da existência de continuidade delitiva (por 9 vezes), fixar a pena de **HAMILTON COBO PIRES** em 4 anos e 2 meses de detenção, em

# *Superior Tribunal de Justiça*

regime semiaberto, e, em virtude da continuidade delitiva (por 14 vezes), fixar a pena de **LUCIANO MONTEIRO BRED**A em 5 anos de reclusão e 303 dias-multa, em regime semiaberto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator